

# Livro de Ísis Fernandes sobre justiça restaurativa será lançado nesta 3ª (26/5) em Brasília

26/05/2026

O livro *Justiça restaurativa e acordo de não persecução penal: aplicação prática da justiça restaurativa no âmbito criminal* (Juruá), de **Ísis Ribeiro Marques Fernandes**, será lançado nesta terça-feira (26/5) em Brasília.

O evento ocorrerá às 19h no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) Asa Norte, que fica no Setor de Grandes Áreas Norte, 609, na Asa Norte.

A obra é resultado da dissertação de mestrado da autora no IDP. O livro examina a integração entre a justiça restaurativa e o acordo de não persecução penal (ANPP) e como práticas restaurativas podem qualificar o instrumento de justiça negocial previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal.

O trabalho parte da constatação de que o sistema penal brasileiro, estruturado na lógica punitivo-retributiva, não tem conseguido atender às necessidades de vítimas, ofensores e comunidades nem enfrentar a sobrecarga do Judiciário e o agravamento da crise carcerária.

Nesse cenário, a justiça restaurativa surge como uma alternativa capaz de promover reparação do dano, responsabilização ativa e reintegração social, transformando não apenas o conflito, mas também o contexto que o produz.

## Modelo humanizado

Na apresentação ao livro, o orientador de Ísis, professor **Alexandre Wunderlich**, destaca a qualidade do trabalho.

“O livro tem inúmeras qualidades: o tema é atual e foi enfrentado seriamente; o resultado é uma investigação de alta qualidade científica — aprovada *com louvor* pela banca de avaliação composta pelos professores doutores Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Vinícius Vasconcellos e Daniel Achutti, posteriormente eleita e premiada como a melhor dissertação do ano no nosso programa de pós-graduação”.

“O texto de Ísis nos desperta de uma cômoda posição de ator na cena da justiça criminal — uma justiça que sempre pode tornar-se injusta, se é lenta e desigual, seletiva e estigmatizante. Então, com os pés firmes na realidade, a autora toma o modelo de justiça restaurativa enquanto moldura e, com fina técnica, ali insere o instituto do acordo de não persecução penal, oferecendo um estudo com potencial empático e aceitabilidade”, diz Wunderlich.

Para o professor, “a obra é muito bem estruturada”. “Fundamentalmente, a partir do capítulo de abertura, que trata da evolução da justiça negocial no Brasil, quando a autora narra a história de suas dimensões, desde os acordos das pequenas infrações até aqueles de alta complexidade, centralizando o estudo no acordo de não persecução penal. Na segunda parte, o trabalho enfrenta o tema de justiça restaurativa como solução alternativa aos conflitos penais, tratando dos movimentos precursores, conceitos, princípios e valores, bem como dos tipos específicos de suas experiências. Na última e terceira parte, a investigação avança para a prática, narrando o projeto realizado no Centro de Justiça Restaurativa da Subseção Judiciária de Uberlândia (MG), concretizando o encontro restaurativo e a formalização do acordo de não persecução penal.”

Segundo **Og Fernandes**, ministro do Superior Tribunal de Justiça, “a leitura desse trabalho nos oferece, com especial clareza, uma análise prática da relação entre o ANPP e a justiça restaurativa”. “Somos convidados a uma reflexão que transcende os limites do processo penal para questionar a própria natureza da justiça em nossa sociedade.”



*Livro é resultado de dissertação de mestrado de Ísis Fernandes*



Na análise crítica das possibilidades e desafios da integração ANPP e a justiça restaurativa, “Ísis exibe com precisão que, embora persistam limitações decorrentes da vinculação da justiça restaurativa ao sistema penal tradicional, o uso das práticas restaurativas no contexto do ANPP representa uma alternativa viável, desejável e transformadora para o tratamento dos conflitos criminais”.

“Tal abordagem, como conclui, aponta um caminho mais humanizado, inclusivo e democrático para o sistema de justiça criminal brasileiro”, complementa o ministro **Ribeiro Dantas**, do STJ.

Ísis Ribeiro Marques Fernandes é mestre em Direito, Justiça e Desenvolvimento pelo IDP. É chefe de gabinete de ministro do STJ, coordenadora adjunta do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim) no Distrito Federal, coordenadora adjunta do Departamento de Justiça Restaurativa de entidade e analista Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

**Clique [aqui](#) para comprar o livro**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-mai-26/livro-de-isis-fernandes-sobre-justica-restaurativa-sera-lancado-nesta-3a-25-5-no-stj/>